



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Escola Superior de Contas - ESCON
Conselheiro José Renato da Frota Uchôa
Curso Atos de Pessoal
De 08 a 10/09

APOSTILA

PENSÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Escola Superior de Contas - ESCON
Conselheiro José Renato da Frota Uchôa
Curso Atos de Pessoal
De 08 a 10/09

COMPETÊNCIA:

Constituição Federal:

Art. 71: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reforma e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Constituição Estadual de Rondônia:

Art. 49: O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade:

b) das concessões de aposentadorias, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – LC nº 154 de 26/07/96:

Art. 1º: Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar:

V – apreciar, para fins de registro na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, pelos poderes estaduais e municipais, bem como a das concessões de aposentadoria, reserva remunerada, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – Resolução Administrativa nº 005/TCERO-96:

Art. 54: O Tribunal apreciará, para fins de registro ou exame, os atos de:

II – concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reformas e **pensões**, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório inicial.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Escola Superior de Contas - ESCON
Conselheiro José Renato da Frota Uchôa
Curso Atos de Pessoal
De 08 a 10/09

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

Dispõe sobre a alteração da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004, para fim de adoção de exame sumário relativo a processos de aposentadoria, reforma e pensão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e do disposto nos artigos 121, I, “p”, 175 e 187, XXII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar esforços dos órgãos de fiscalização e controle, com vistas a conferir maior efetividade às suas ações;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar forma seletiva de fiscalização e controle, segundo os critérios de risco, materialidade e relevância; e

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII) e da eficiência administrativa (art. 37, “caput”), que implicam na necessidade de tornar mais céleres, efetivos e seguros os procedimentos relacionados às atribuições fiscalizatórias do Tribunal de Contas,

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 37-A da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37-A. No exame de processos relativos a atos de aposentadoria, reforma e pensão, adotar-se-á o exame sumário quando verificados os seguintes requisitos:

I – o valor dos proventos, soldos ou benefícios for igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos vigentes na data do ato; e

II – o órgão de controle interno da unidade de origem se pronunciar pela legalidade do ato.

§ 1º A instrução dos processos selecionados ao exame sumário consistirá na verificação formal do atendimento ao rol dos documentos exigidos por esta Instrução Normativa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Escola Superior de Contas - ESCON
Conselheiro José Renato da Frota Uchôa
Curso Atos de Pessoal
De 08 a 10/09

§ 2º O exame sumário relacionado ao estoque dos processos em tramitação, até a data da entrada em vigor desta Instrução Normativa, prescinde da manifestação do órgão de controle interno.

§ 3º Após a instrução do processo, a Secretaria-Geral de Controle Externo, concluindo pela legalidade do ato, submeterá o feito ao Relator que, proporá decisão sobre a legalidade e registro do ato, mediante relação, nos termos do artigo 172 do RITCRO, ao respectivo colegiado, ouvido o Ministério Público de Contas. (AC)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação. (DOE nº 631 em 17/03/2014).

Porto Velho, 7 de fevereiro de 2014.

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Escola Superior de Contas - ESCON
Conselheiro José Renato da Frota Uchôa
Curso Atos de Pessoal
De 08 a 10/09

DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO

Art. 29 da IN nº 13/TCER-2004: O procedimento para fins de registro do ato de concessão de pensão por morte de servidor público será iniciado com abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, a ser encaminhado pela Unidade Administrativa ao Tribunal de Contas, contendo obrigatoriamente os seguintes documentos e informações:

- I - requerimento do beneficiário;
- II - cópia da certidão de óbito;
- III - cópia da ficha de assentamentos funcionais;
- IV - documento contendo relação nominal dos beneficiários com indicação do grau de parentesco, assinado pelo servidor ou militar;
- V - cópia do documento comprobatório da relação de parentesco do requerente com o instituidor da pensão;
- VI - cópia do ato concessório, constando sua fundamentação legal, nome do instituidor e dos beneficiários da pensão, com a indicação do grau de parentesco, data do óbito, cargo, data da vigência do benefício e, indicação da cota-parte correspondente a cada beneficiário;
- VII - cópia da publicação do ato concessório;
- VIII - planilha de pensão, elaborada conforme formulário - anexo TC-36;
- IX - cópia do contracheque ou ficha financeira da última remuneração percebida pelo servidor civil;
- X - declaração de dependência econômica, se for o caso;
- XI - informação do órgão de origem sobre a condição de ativo ou inativo na data do falecimento e, se com proventos integrais e proporcionais;
- XII - comprovação de guarda ou tutela quando se tratar de menor.

Art. 50 da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004: As cópias dos documentos mencionados nos artigos 26, 27, 28, **29** e 30 deverão, obrigatoriamente, ser autenticadas pelo responsável mediante cotejo com os originais, se não houver sido anteriormente feito por Tabelião, nos termos do Decreto Federal nº 89.936, de 06.09.79.



Comprovação do Vínculo Marital

A comprovação do vínculo marital entre companheiros se dá mediante Decisão judicial de reconhecimento da união estável, ou ainda, pela aplicação do mesmo critério da Previdência Social – INSS, qual seja a apresentação de no mínimo 3 (três) documentos.

O art. 22, § 3º do Decreto Federal nº 3048/99 exige para comprovação da união estável, junto ao INSS, que sejam apresentados no mínimo três dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento de filho havido em comum;
- II - certidão de casamento religioso;
- III - declaração do imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;
- IV - disposições testamentárias;
- VI - declaração especial feita perante tabelião;
- VII - prova de mesmo domicílio;
- VIII - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
- IX - procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
- X - conta bancária conjunta;
- XI - registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;
- XII - anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados;
- XIII - apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;
- XIV - ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável;
- XV - escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente;
- XVI - declaração de não emancipação do dependente menor de vinte e um anos; ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Escola Superior de Contas - ESCON
Conselheiro José Renato da Frota Uchôa
Curso Atos de Pessoal
De 08 a 10/09

XVII - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

PRAZO PARA A REMESSA DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 37 da IN nº 13TCER-2004: Os processos relativos à concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão, de que tratam os artigos 26, 27, 28, 29 e 30 desta Instrução Normativa, deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas, no prazo dez (10) dias, contados da publicação do ato concessório no Diário Oficial.

RESOLUÇÃO Nº 037/TCE-RO/2006

Art. 2º: Os feitos submetidos a julgamento ou apreciação do Tribunal de Contas serão protocolados e somente autuados quando acompanhados da documentação estabelecida nas normas regulamentares pertinentes.

Parágrafo único. Em caso de apresentação incompleta da documentação exigida, a Divisão de Expediente comunicará ao interessado para que no prazo de 15 (quinze) dias providencie a devida complementação, sob pena de devolução à origem e cancelamento do protocolo.



FALHAS FREQUENTES

1. Ausência da documentação exigida pela IN nº 13/TCER-2004;
2. Ausência de Parecer do Controle Interno, em desatenção ao que preceitua o art. 55 do Regimento Interno desta Corte de Contas (Resolução Administrativa nº 005/TCER-96);

Art. 55 RI: Para o exercício da competência atribuída ao Tribunal, nos termos do inciso III do art. 49 da Constituição Estadual, e art. 37 e incisos da Lei Complementar nº 154/96, a autoridade administrativa responsável por ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reforma ou **pensão**, a que se refere o artigo anterior, **submeterá os dados e informações necessários ao respectivo órgão de Controle Interno, ao qual caberá, na forma estabelecida em instrução normativa, emitir parecer sobre a legalidade dos referidos atos e remetê-los a apreciação do Tribunal.**

3. Remessa intempestiva da documentação exigida pelo TCE/RO;
4. Fundamentação legal:
 - equívoco quanto à legislação infraconstitucional (citação da legislação errada ou artigos errados);
 - equívoco na citação do texto constitucional (omissão da emenda constitucional pertinente ou citação da emenda errada).

O Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que, em matéria previdenciária, a lei de regência é a vigente ao tempo em que reunidos os requisitos para a concessão do benefício - princípio *tempus regit actum*¹.

Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça sumulou tal entendimento:

Súmula nº 340 – A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

¹ STF, em Decisão Monocrática prolatada pela Min. Carmen Lúcia, no AI 622.815/PA, DJ de 11/02/2009. No mesmo sentido, os Recursos Extraordinários nº 416.827 e nº 415.454.

O TCE/RO possui entendimento no mesmo sentido: “a pensão deve ser concedida com fundamento na norma legal vigente à época da ocorrência do fato gerador” (Parecer Prévio nº 40/2005-Pleno, item “b”).

5. Proventos:

Fato gerador ocorrido na vigência da redação original da Constituição Federal

- **Fundamentação Legal:** Art. 40 § 5º da Constituição Federal (redação original) c/c a lei concessória infraconstitucional (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).
- **Proventos** (art. 40, §5º da CF/88, redação original): O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.
- **Paridade:** (art. 40, § 4º da CF/88, redação originária): Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo, função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Fato gerador ocorrido na vigência da Emenda Constitucional nº 20/98

- **Fundamentação Legal:** Art. 40 § 7º da Constituição Federal (com redação dada pela EC nº 20/98) c/c a lei concessória infraconstitucional (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).
- **Proventos:** (art. 40, §7º da CF/88, com redação dada pela EC nº 20/98): Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no §3º.
- **Paridade** (art. 40, § 8º da CF/88, redação dada pela EC nº 20/98): Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Escola Superior de Contas - ESCON
Conselheiro José Renato da Frota Uchôa
Curso Atos de Pessoal
De 08 a 10/09

Fato gerador ocorrido na vigência da Emenda Constitucional nº 41/03

- **Fundamentação Legal:** Art. 40 § 7º, inciso I ou II da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/03 (caso o servidor falecido seja aposentado ou tenha falecido em atividade), c/c a lei concessória infraconstitucional (demonstrando os artigos, incisos e alíneas correspondentes).

- **Proventos:** Aplicação de redutor (Art. 40, § 7º, I ou II da CF/88, com redação dada pela EC nº 41/03): Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

- **Sem paridade:** (Art. 40, § 8º da CF/88, com redação dada pela EC nº 41/03): É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

Quanto ao reajuste dos proventos da pensão, vale anotar que o §8º do artigo 40 da CF, com o advento da EC nº 41/03, passou a assegurar o reajustamento dos benefícios do RPPS, somente, para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei, ou seja, vedou-se a extensão aos inativos e pensionistas dos reajustes concedidos ao pessoal da ativa.

O referido preceito constitucional sofreu tal alteração com o advento da EC nº 41/03, regulamentada pela lei nº 10.887/04, que determina em seu art. 15 o reajustamento na **mesma data** em que foram concedidos os reajustes dos benefícios do RGPS, acabando, assim, conforme já mencionado, com a paridade para as concessões ocorridas depois de 20.02.2004.

O permissivo legal, disposto no art. 15 da Lei Federal nº 10.887/04, disciplinando a matéria alusiva ao reajuste dos benefícios do RPPS, especificou que tais benefícios serão reajustados **na mesma data** do RGPS, isto é, deixou de mencionar quais



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Escola Superior de Contas - ESCON
Conselheiro José Renato da Frota Uchôa
Curso Atos de Pessoal
De 08 a 10/09

os índices aplicados. Assim, o Ministério da Previdência Social publicou a ON nº 02/09/SPS/MPS, estabelecendo, no §2º do seu artigo 83²³, que caso o ente federativo não legisle quanto ao índice deverá ser aplicado o índice oficial do RGPS.

Com o intuito de ratificar o posicionamento do Ministério da Previdência Social, a lei 11.784/08, alterou o artigo 15 da Lei 10.887/04, estabelecendo, desta vez, não só a **data mas, também, que os mesmos índices** usados para os reajustes do RGPS deverão ser aplicados à clientela do RPPS.

Ao obrigar Estados e Municípios a aplicarem os mesmos percentuais de reajustes dos benefícios do RGPS, a nova redação do art. 15 da Lei nº 10.887/2004 causou profunda inquietação, sob a alegação de que a norma violou o pacto federativo/separação dos poderes.

Sendo assim, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul moveu ADI contra o dispositivo mencionado acima (ADIN 4582). No dia 19/09/2011, o STF apreciou essa ação e concedeu medida cautelar para suspender os efeitos do art. 15 da Lei nº 10.887/2004. Considerou-se plausível a inconstitucionalidade da norma, porquanto evidenciada a violação à autonomia dos Estados e Municípios e à regra de competência segundo a qual cabe a União, em matéria de regimes próprios, fixar apenas as normas gerais.

Como a suspensão dos efeitos de uma norma em sede de controle abstrato importa na repristinação da norma anterior, voltou das cinzas ao mundo jurídico a redação original do art. 15 da Lei nº 10.887/2004. Assim, os Estados e Municípios estão somente obrigados a seguir a data de reajustes dos benefícios do RGPS, cabendo a cada ente fixar o índice que melhor lhe aprouver.

OBS: Em qualquer situação deve ser observado o que dispõe o art. 40, § 2º da CF/88 (redação dada pela EC nº 20/98): Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

² Art. 83, § 2º: Na ausência de adoção expressa, pelo ente, no período de junho de 2004 a dezembro de 2007, do índice oficial de reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, aplicam-se os mesmos índices utilizados nos reajustes dos benefícios do RGPS.

³ Revogou a Orientação Normativa, nº 1º, de 23 de janeiro de 2007.

Art. 73: Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os arts. 51, 52, 53, 54, 55, 61 e 63 serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS, de acordo com a variação do índice definido em lei pelo ente federativo, aplicado na forma proporcional entre a data da concessão e a do primeiro reajustamento.

Parágrafo único: Na ausência de definição, pelo ente, do índice oficial de reajustamento que preserve, em caráter permanente, o valor real, os benefícios serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.



CÁLCULOS DA PENSÃO

Exemplo 1:

- Valor da remuneração contributiva/proventos do servidor falecido: R\$ 2.500,00
- Valor da pensão por morte: R\$ 2.500,00

Exemplo 2:

- Valor da remuneração contributiva/proventos do servidor falecido: R\$ 5.000,00
- Valor da pensão por morte: $(5.000,00 - 4.390,24) = \text{R\$ } 609,76$
- $609,76 \times 70\% = 426,83 + 4390,24 = 4.817,07$.